

FRÉDÉRIC BASTIAT

**A LÓGICA
DA
ECONOMIA**

*Ensaio sobre mercado e as leis invisíveis
que organizam a sociedade*

Este livro contém os seguintes ensaios:

O QUE SE VÊ E O QUE NÃO SE VÊ

O QUE É DINHEIRO? *Estado – Capital e Juro*

Tradução

FÁBIO ALBERTI



COPYRIGHT © FARO EDITORIAL, 2023
COPYRIGHT © CLAUDE FRÉDÉRIC BASTIAT (1801 - 1850)

Todos os direitos reservados.

Avis Rara é um selo da Faro Editorial.

Nenhuma parte deste livro pode ser reproduzida sob quaisquer meios existentes sem autorização por escrito do editor.

Diretor editorial **PEDRO ALMEIDA**

Coordenação editorial **CARLA SACRATO**

Assistente editorial **LETÍCIA CANEVER**

Preparação **ARIADNE MARTINS**

Revisão **JULIANA BORMIO E MARINA MONTREZOL**

Capa e diagramação **OSMANE GARCIA FILHO**

Imagem de capa **MONTRI THIPSORN | SHUTTERSTOCK**

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Jéssica de Oliveira Molinari CRB-8/9852

Bastiat, Frédéric

A lógica da economia : ensaios de Frédéric Bastiat sobre Mercado e as leis invisíveis que organizam a sociedade / Frédéric Bastiat ; tradução de Fabio Alberti. — São Paulo : Faro Editorial, 2023.

96 p.

ISBN 978-65-5957-266-3

1. Economia I. Título II. Alberti, Fabio

22-7123

CDD 330

Índice para catálogo sistemático:

1. Economia



1ª edição brasileira: 2023

Direitos de edição em língua portuguesa, para o Brasil,
adquiridos por FARO EDITORIAL

Avenida Andrômeda, 885 — Sala 310

Alphaville — Barueri — SP — Brasil

CEP: 06473-000

www.faroeditorial.com.br

Apresentação

Os quatro ensaios presentes em *A lógica da economia* são uma espécie de manual de sobrevivência no Brasil, país onde a loucura econômica tem passado glorioso e futuro promissor. Embora tenham sido publicados há mais de 150 anos, nesta parte do mundo as ideias que eles refutam impiedosamente ainda são tão perniciosas quanto populares, comprovando sem cessar que Bastiat estava certo. Depois de lê-los, o leitor saberá de antemão qual será a consequência de cada nova medida econômica anunciada pelo governo – e poderá preparar-se com prudência para o desastre. Este livro é imperdível.

Não se deve deduzir da exatidão das lições de Bastiat, porém, que ele seja o economista típico, perdido em jargões impenetráveis e fórmulas matemáticas complexas. Muito antes pelo contrário: a clareza translúcida da didática deste que Joseph Schumpeter qualificou de “o mais brilhante jornalista econômico que já existiu” consiste em retirar a economia do campo das abstrações mirabolantes e conceitos mágicos e trazê-la de volta ao concretismo da vida diária que todos padecemos. Bastiat expõe seus argumentos com exemplos extraídos da vida cotidiana e os termos mais simples possíveis, de modo que só não compreenderá suas lições sobre as consequências invisíveis da imprudência econômica, o verdadeiro papel do Estado, a diferença entre dinheiro e riqueza, a natureza do capital e a justiça dos juros quem não quiser.

O primeiro ensaio do volume, “O que se vê e o que não se vê”, apresenta o conceito de custo de oportunidade e a lei das consequências não intencionais, dois clássicos da análise econômica. Sua premissa é uma ideia que a história do Brasil não cansa de ilustrar:

No âmbito da economia, um ato, um hábito, uma instituição, uma lei geram não apenas um, mas uma série de efeitos. Desses efeitos, somente o primeiro é imediato; ele se manifesta ao mesmo tempo que a sua causa — sendo, assim, visível. Os outros se seguem a esse primeiro — não são visíveis: no máximo, podemos prevêê-los. Essa é a grande diferença entre o mau e o bom economista — um leva em consideração o efeito visível; o outro, não só os efeitos que podemos ver como, também, aqueles que é

necessário prever. Na verdade, a diferença é enorme, pois o que ocorre quase sempre é que, quando a consequência imediata é favorável, as que vêm depois são desastrosas, e vice-versa. [...] Não raro, quanto mais doce for o primeiro sabor de um hábito, mais amargas serão as suas consequências.

A partir dessa premissa básica, Bastiat analisa uma série de exemplos em que medidas econômicas têm efeitos imediatos favoráveis seguidos por outros absolutamente desastrosos. É o caso, por exemplo, da cobrança de impostos para a realização dos chamados “programas sociais” que concedem dinheiro do governo a certas pessoas ou famílias. Aparentemente, esses programas são benéficos para a economia, uma vez que os beneficiários gastarão o dinheiro recebido. Isso, ensina Bastiat, é o que se vê. O que não se vê é que é que esse dinheiro foi taxado de alguém que deixou de gastá-lo, com enormes perdas no processo que vai da taxação do contribuinte à recepção do dinheiro pelo beneficiário.

O mesmo se aplica às obras públicas. Ainda há quem acredite que elas movimentam a economia e geram empregos. Entretanto, explica Bastiat, “quando considerar o destino dado pelo Estado aos milhões que foram votados, não se esqueça de levar em conta também o destino que o contribuinte teria dado — mas agora não pode mais dar — ao dinheiro”. As obras públicas só injetam na economia, com prejuízo, aquilo que retiraram do contribuinte e que este, portanto, deixou de gastar.

Os brasileiros podem fazer o interessante exercício de acrescentar aos exemplos de Bastiat dezenas de outros casos concretos ocorridos no nosso país. Considere-se, por exemplo, o Plano Cruzado (1986), que congelou preços. O efeito imediato, que se viu, foi uma espécie de prosperidade universal. O efeito seguinte, que só se viu quando o desastre já era fato consumado, foi a falta de produtos básicos, a inflação galopante, a destruição generalizada da economia, a recessão.

O segundo ensaio do livro, “Estado”, traz uma arguta meditação sobre esse “personagem misterioso; e sem dúvida é o mais solicitado, o mais atormentado, o mais oprimido, o mais invocado e o mais provocado personagem que existe no mundo”. Mas o que é de fato esse ente no qual tudo se projeta e do qual tudo se espera? Nosso autor responde: “[O] Estado é uma grande ficção por meio da qual todos buscam viver à custa de todo mundo”. Quem pode acompanhar o noticiário político brasileiro e discordar disso? Mas o desastrosos resultado de todos tentarem viver às custas de todo mundo é que todos saem sempre no prejuízo. Pois “algo que nunca foi visto, e jamais será, e nem ao menos concebido, é o Estado devolvendo ao povo mais do que tirou dele”. Assim, o Estado “não deve ser outra coisa senão força comum organizada; não deve ser instrumento de opressão e pilhagem mútua entre cidadãos — pelo contrário, deve garantir a cada um o que é seu e cuidar para que a justiça e a segurança reinem”.

O terceiro ensaio, “O que é dinheiro?”, desfaz um equívoco básico que, espantosamente, ainda aparece todos os dias no debate econômico nacional: a confusão entre dinheiro e riqueza. Riqueza são as coisas úteis que produzimos por meio do trabalho; dinheiro são apenas as cédulas de papel que as simbolizam. Aumentar a quantidade de papel-moeda em circulação, como sugerem tantas mentes insanas do debate público nacional, não aumenta a quantidade de riqueza disponível, apenas diminui o valor do dinheiro, gerando desordem econômica e inflação. A consequência é que

Pessoas sagazes tomarão mais cuidado nas negociações e não se separarão dos seus bens se não receberem em troca deles uma quantidade maior de notas — ou seja, pedirão dez dólares pelo que antes teriam vendido por cinco. As pessoas simples, porém, serão ludibriadas [...] Sob a influência da ignorância e do hábito, o pagamento diário de um trabalhador rural continuará no valor de um dólar, ao passo que todos os artigos de consumo que cercam esse trabalhador terão seu preço de venda aumentado. Ele afundará na privação sem conseguir descobrir por quê.

O quarto ensaio, “Capital e juro”, esclarece de uma vez por todas um dos temas econômicos mais controversos até os nossos dias: a natureza do capital e a justiça dos juros, com a conclusão de que “o juro sobre o capital é natural, justo, legítimo e tão útil para o tomador do empréstimo que paga quanto para o credor que recebe”. Com grande variedade de exemplos concretos, Bastiat mostra que o juro é apenas uma compensação justa por um empréstimo de capital. Se José, um carpinteiro, empresta a Pedro uma ferramenta por um ano, José deixará de obter o lucro que o emprego dela no seu próprio ofício lhe traria, lucro que agora será obtido por Pedro. Assim, é perfeitamente justo que Pedro, que não tem meios de comprar uma ferramenta, pague a José uma compensação pelo tempo em que este não pôde usar a ferramenta. A essa compensação chamamos juro. Em outras palavras, “o que é juro? É o serviço prestado, após uma negociação livre, pelo tomador de empréstimo ao credor, a título de remuneração pelo serviço que esse tomador obteve em virtude do empréstimo”.

Depois de ler *A lógica da economia*, o leitor verá a economia e as discussões econômicas com outros olhos: os de quem tem em mente aquilo que se vê e aquilo que não se vê, sabe o que é o Estado e qual a função dele, tem ciência da diferença entre dinheiro e riqueza, sabe o que é capital e juro e por que o juro sobre o capital é justo e benéfico. Então o debate econômico nacional lhe parecerá uma discussão de lunáticos que ainda levam a sério ideias refutadas há mais de 150 anos.

Eduardo Levy

O QUE SE VÊ E O QUE NÃO SE VÊ

No âmbito da economia, um ato, um hábito, uma instituição, uma lei geram não apenas um, mas uma série de efeitos. Desses efeitos, somente o primeiro é imediato; ele se manifesta ao mesmo tempo que a sua causa — sendo, assim, visível. Os outros se seguem a esse primeiro — não são visíveis: no máximo, podemos prevê-los. Essa é a grande diferença entre o mau e o bom economista — um leva em consideração o efeito visível; o outro, não só os efeitos que podemos ver como, também, aqueles que é necessário prever. Na verdade, a diferença é enorme, pois o que ocorre quase sempre é que, quando a consequência imediata é favorável, as que vêm depois são desastrosas, e vice-versa. Disso se depreende que o mau economista se orienta por um pequeno benefício no presente, que no futuro trará um grande mal, ao passo que o economista realmente confiável se orienta por um grande bem no futuro, sob pena de um pequeno dano no presente.

Na realidade, o mesmo se dá na ciência da saúde, das artes e da moral. Não raro, quanto mais doce for o primeiro sabor de um hábito, mais amargas serão as suas consequências. Depravação, indolência, dissipação são exemplos disso. Portanto, quando um homem se concentra no efeito visível, mas ainda sem ter aprendido a discernir os efeitos não visíveis, ele cede a hábitos destrutivos, não apenas por influência, mas também por avaliação.

Isso explica a condição tão cruelmente penosa da humanidade. A ignorância a cerca desde a sua origem: por isso, suas ações são determinadas pelas consequências iniciais, as únicas que consegue ver em seu estágio inicial. Só ao longo do tempo ela aprende a levar em consideração as outras consequências. A experiência é um professor eficiente, porém brutal. Ela nos leva a sentir todos os efeitos de uma ação, tornando-nos assim conscientes desses efeitos; no final, quando nos queimamos, acabamos aprendendo que o fogo queima. Eu gostaria de substituir esse professor rude por outro mais gentil, se possível — a antecipação. Para esse fim, examinarei as consequências de certos fenômenos econômicos, contrapondo os que vemos e os que não vemos.

1. A JANELA QUEBRADA

Várias pessoas testemunharam a raiva do sr. Fulano de Tal, bom e honesto cidadão, quando o seu descuidado filho quebrou o vidro de uma janela. Aqueles que presenciaram essa cena certamente afirmarão que cada um dos espectadores (havia pelo menos trinta), num aparente consenso, dirigiu ao infeliz proprietário tais palavras de consolo: “Há males que vêm para bem. Todos têm de ganhar a vida. O que seria dos vidraceiros se os vidros das janelas jamais se quebrassem?”.

Ora, esse tipo de condolência contém toda uma teoria, que nesse caso simples convém expor, já que é precisamente a mesma que infelizmente orienta a maior parte das nossas instituições econômicas. Supondo-se que sejam gastos seis francos para reparar os danos à janela, e que você diga que o acidente resulta em ganho de seis francos para a indústria de vidros — que isso representa um fomento da ordem de seis francos para essa indústria —, eu terei de concordar com isso e não farei nenhuma objeção a respeito; o seu raciocínio estará correto. O vidraceiro é chamado, realiza o seu trabalho, recebe os seus seis francos, esfrega as mãos de satisfação e por dentro agradece à criança descuidada. Isso é o que vemos.

Por outro lado, se você chegar à conclusão (como costuma ocorrer) que quebrar janelas é bom, que isso faz o dinheiro circular e que o fomento à indústria será, de maneira geral, resultado disso, você me obrigará a protestar: “Espere aí! A sua teoria se limita ao que pode ser visto; ela não leva em consideração o que não pode”.

O que não pode ser visto é que, quando o nosso bom cidadão Fulano de Tal gasta seis francos numa coisa, ele não pode gastá-los em outra. Não se vê que, se ele não precisasse substituir uma janela, talvez tivesse substituído os seus velhos sapatos ou adquirido outro livro para a sua biblioteca. Em resumo, esse acidente não permitiu que ele usasse os seus seis francos de outra maneira.

Vejamos, então, como essa circunstância afeta a indústria de modo geral. A vidraça é quebrada, e o negócio do vidraceiro é beneficiado com a quantia de seis francos: isso é o que se vê.

Se a janela não tivesse sido quebrada, o negócio do sapateiro (ou algum outro negócio) teria sido beneficiado com a quantia de seis francos: isso é o que não se vê.

E se levarmos em consideração o que não se vê, por ser um fato negativo, assim como o que se vê, por ser um fato positivo, compreenderemos que vidraças, quebradas ou não, não afetam nem a indústria em geral nem a soma total do trabalho nacional.

Voltemos agora nossa atenção para o bom Fulano de Tal. Na primeira suposição — em que a janela é quebrada —, ele gasta seis francos para ter exatamente o que tinha antes, nem mais nem menos: uma janela. Numa segunda suposição, na qual a janela não foi quebrada, ele acabaria gastando seis francos em sapatos e poderia desfrutar de sapatos novos e de sua janela ao mesmo tempo. Ora, como esse bom cidadão é parte da

LEIA TAMBÉM DE BASTIAT:



“UMA OBRA CLÁSSICA PARA VOCÊ ENTENDER O BRASIL DE HOJE!”

Este livro foi escrito num período da história quando algumas das mais proeminentes nações do mundo experimentavam visões de governos próximas às socialistas, que na teoria prometiam igualdade e prosperidade, mas, na prática, resultaram no exato oposto. Como essas visões ainda acalentam o sonho de muitas pessoas, tal análise continua tão pertinente como foi há 166 anos.

A Lei – Porque a esquerda não funciona, traz uma reflexão prática sobre ideias de filósofos e outros pensadores acerca da política e da vida em sociedade, dentre eles John Locke e Adam Smith, e trata de temas como liberdade, direitos à propriedade, espoliação, igualdade, livre iniciativa, impostos, democracia, sufrágio universal, autoritarismo e tantos outros que, passados quase dois séculos, ainda provocam debates acalorados.

CAMPANHA



Há um grande número de pessoas vivendo com HIV e hepatites virais que não se trata.

Gratuito e sigiloso, fazer o teste de HIV e hepatite é mais rápido do que ler um livro.

FAÇA O TESTE. NÃO FIQUE NA DÚVIDA!



ESTA OBRA FOI IMPRESSA
EM FEVEREIRO DE 2023